
TENDÊNCIAS DO CONSUMO DE ALIMENTOS E O PLANO REAL: UMA AVALIAÇÃO PARA A GRANDE SÃO PAULO

Denise Cavallini Cyrillo*
Maria Sylvia Macchione Saes**
Márcio Bobik Braga***

Resumo

Este artigo examina o impacto do Plano Real sobre a estrutura dos gastos alimentares, com ênfase na Grande São Paulo. O Plano Real promoveu o aumento do poder aquisitivo em geral, e assim possibilitou uma melhora do consumo de alimentos do brasileiro e, em particular, do paulistano, tanto em termos quantitativos, quanto qualitativos.

O artigo está organizado em quatro capítulos, além da introdução e da conclusão, os quais analisam as transformações estruturais, a evolução da renda e dos preços relativos, e o

* *Doutora em economia pelo IPE/FEA/USP, docente da FEA/USP.*

** *Doutora em economia pelo IPE/FEA/USP e pesquisadora da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE).*

*** *Professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo — campus de Ribeirão Preto.*

desenvolvimento da estrutura do consumo alimentar (desde os anos 70 e no período pós-Real) e de alguns indicadores da oferta de alimentos.

Abstract

This paper addresses the impact of the Real Plan on food consumption and its structure, mainly in greater São Paulo. The Real Plan, as we know, was a plan to knock down Brazil's long-time foe inflation. Price stability contributed to an increase in the real purchasing power and, consequently, it is possible to expect an increase in food consumption.

The paper is organized in four main sections which analyze structure transformations, income tendencies, relative prices, consumption structure, and some food supply indicators.

1 Introdução

Decorridos dois anos e meio da implantação do Plano Real, a economia brasileira começa a se acostumar com uma situação de estabilidade de preços. O novo contexto vem impondo uma série de mudanças no comportamento dos diversos agentes econômicos, particularmente no que diz respeito aos padrões de consumo.

TENDÊNCIAS DO
CONSUMO DE
ALIMENTOS E O
PLANO REAL: UMA
AVALIAÇÃO PARA A
GRANDE SÃO
PAULO

Por mais de uma década de inflação crônica, os agentes econômicos conviveram com um ambiente de forte dispersão nos preços relativos, e as decisões quanto ao consumo eram tomadas num contexto de grande incerteza acerca do comportamento dos preços, além do fato de o salário real ser corroído ao longo de cada mês pela aceleração inflacionária. Esse ambiente trazia uma série de dificuldades para o planejamento do consumo familiar intertemporal, e tais dificuldades eram maiores para as populações de baixa renda, que não tinham acesso à proteção oferecida por aplicações financeiras de curto prazo.

A partir da implantação do Plano Real, várias evidências apontam para alterações estruturais no comportamento dos agentes em relação ao consumo. A passagem de uma situação de inflação alta para a estabilidade tem pelo menos duas implicações sobre as decisões de consumo: i) proporciona aos agentes um ambiente mais favorável ao planejamento do orçamento doméstico, já que se espera menor dispersão nos preços relativos; e ii) a redução dos níveis inflacionários torna os salários reais médios mais estáveis, além de possibilitar maior certeza quanto à capacidade de pagamento ao longo do mês, o que contribui, assim, para melhor recomposição nas cestas de consumo.

As experiências dos planos de estabilização parecem comprovar essas conjecturas. Poucos meses após a implantação do Plano Cruzado, já era evidente um forte crescimento do consumo, o que acabou por criar pressões inflacionárias de demanda. Em um primeiro momento, tais pressões se mani-

festaram por meio do aparecimento de ágios sobre os preços e, posteriormente, via escassez de oferta de vários produtos no mercado. Essas pressões foram, na época, subestimadas. Admitia-se que o aumento da demanda era apenas um fenômeno passageiro, resultante de uma demanda reprimida ocasionada pela aceleração inflacionária nos meses anteriores às medidas de estabilização — interpretação equivocada que contribuiu para o fracasso do plano.

Os fundamentos do Plano Real assemelham-se aos do Plano Cruzado. Apesar de não lançar mão do congelamento de preços e salários, a criação da Unidade de Referência de Valor (URV) — e sua posterior transformação em nova moeda, o real — teve também como diagnóstico a existência de inflação inercial decorrente da forte indexação presente na economia. No entanto, talvez graças a lições adquiridas com os erros cometidos pelos planos anteriores, nesse plano procurou-se manter forte controle sobre a demanda (via restrições ao crédito), além da inclusão de uma série de medidas de reformas estruturais, tais como as privatizações e propostas de reforma tributária e previdenciária, atualmente em tramitação no Congresso Nacional. Por outro lado, uma vantagem em relação aos planos anteriores é o volume de reservas, superior a US\$ 50 bilhões, que vem se mantendo e garantindo a situação econômica sob relativo controle, apesar das pressões sobre a balança comercial decorrentes do aumento das importações.

Não se deve esquecer que o quadro de estabilidade vivenciado pela economia brasileira está inserido em um importante processo de mudança estrutural: o de abertura comercial. Esse processo vem causando pelo menos duas implicações favoráveis ao consumo das famílias: i) a redução das margens de lucro e conseqüente queda nos preços dos bens produzidos por setores oligopolizados na economia [Allain (1995)]; e ii) a disponibilidade de produtos importados de melhor qualidade.

O presente artigo pretende examinar o impacto do Plano Real sobre a estrutura dos gastos com alimentos, e utiliza como amostra a cidade de São Paulo.

Assim, partindo do modelo de que a demanda (ou seja, o consumo) depende da renda dos consumidores, do preço relativo dos bens disponíveis e de outras variáveis (que podem influenciar a estrutura de preferências), o artigo está organizado em três capítulos, além desta introdução e da conclusão. No primeiro, apresentam-se alguns dados que mostram as transformações estruturais pelas quais passou a economia brasileira e a evolução da renda real (PIB per capita). No segundo capítulo, analisa-se a evolução dos preços relativos de cestas selecionadas de alimentos. Na seqüência, apresentam-se as tendências recentes e de longo prazo da composição dos gastos alimentares, com base em dados de Pesquisas de Orçamentos Familiares para o Município de São Paulo. Finalmente, a análise da estrutura do consumo alimentar é complementada pelo estudo de alguns indicadores do lado da oferta (consumo aparente, produção industrial, vendas do varejo), segundo várias fontes.

2 Transformações Estruturais e Evolução do PIB Real per Capita

O Brasil passou por grandes transformações ao longo dos últimos cinquenta anos. A renda real *per capita* cresceu mais de 250%, apesar do processo inflacionário e dos vários períodos recessivos enfrentados pela nação. A taxa de crescimento média anual, calculada para o período de 1947 a 1990, foi de quase 3,5% (dados do Banco Central). O gráfico 2.1, referente à evolução do PIB real per capita entre 1970 e 1996, mostra o acelerado crescimento econômico da década de 70, os anos 80 (perdidos, em termos desse indicador), a recessão do início dos anos 90 (o período do Plano Collor) e a retomada de crescimento moderado, a partir de 1992. Para os anos 90, a massa salarial — outro indicador da evolução do poder aquisitivo — evoluiu favoravelmente. Não obstante a significativa redução verificada em 1990, 1991 (como de-

TENDÊNCIAS DO
CONSUMO DE
ALIMENTOS E O
PLANO REAL: UMA
AVALIAÇÃO PARA A
GRANDE SÃO
PAULO

Excluído: O

Excluído: a

Excluído: e de variáveis que influenciam estes gastos

Excluído: , é apresentada a seguir como indicador das tendências recentes do consumo alimentar

Excluído: Tendências de Longo Prazo do Consumo

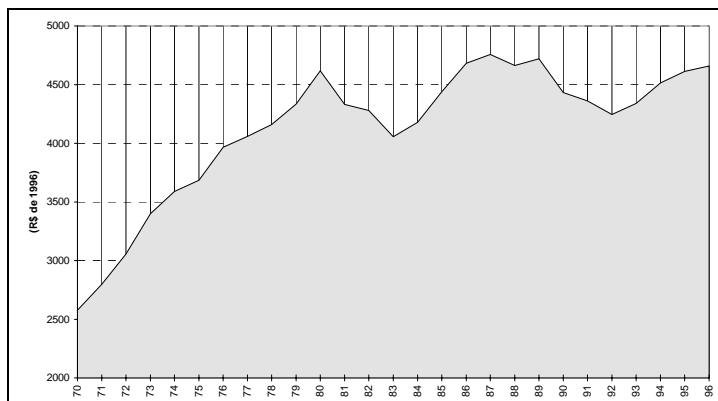
Excluído:

corrência do Plano Collor) e 1996, os dados da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) mostram que os aumentos ocorridos entre 1992 e 1995 mais que compensam as perdas do período (29,34% contra -27,49%).

GRÁFICO 2.1

Evolução do PIB Real *per Capita*
Brasil — 1970 a 1996

TENDÊNCIAS DO
CONSUMO DE
ALIMENTOS E O
PLANO REAL: UMA
AVALIAÇÃO PARA A
GRANDE SÃO
PAULO



Fonte: Banco Central.

Esse crescimento econômico foi acompanhado de um processo acelerado e intenso de urbanização. Em 1940, segundo o IBGE, 69% da população residiam na zona rural, ao passo que, em 1990, quase 75% da população residente estavam em áreas urbanas. Simultaneamente, as desigualdades se acentuaram, tanto em termos regionais quanto em nível pessoal. O índice de concentração da renda de Gini evoluiu de 0,5, em 1960, para 0,615, em 1990, o que indica [Bonelli e Ramos (1993, p.78)] que a população de menor poder aquisitivo, e que representa a maior proporção da população total, vem respondendo por percentuais cada vez menores da renda total gerada no país.

A distribuição do PIB entre regiões, no período que vai da década de 60 à de 80, mostra uma ligeira desconcentração. No entanto, o Nordeste contribui para o PIB com apenas 13%, enquanto a participação do Sudeste situa-se ao redor de

58%.¹ As regiões pouco se diferenciam quando se trata da concentração da renda pessoal. Em todas elas, a proporção apropriada pelos mais ricos é elevada. Dados trabalhados por Willumsen e Fonseca (1995) mostram que os 40% mais pobres de cada região ficaram mais pobres ao longo do período, enquanto os 10% mais ricos continuaram ainda mais ricos.

Outra transformação importante refere-se ao aumento da participação da mulher no mercado de trabalho. Os dados censitários apontam índices cada vez mais elevados. Durante as décadas de 40, 50 e 60, a participação feminina era de aproximadamente 20%, e chegou a 23%, em 1970, conforme estudo de Costa (1982). Os dados disponíveis da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) para a segunda metade dos anos 80, para o Brasil, mostram que o emprego feminino representa mais de 30% do emprego total no mercado formal, e apresenta tendência crescente. Ainda segundo a mesma fonte, em São Paulo, a participação do emprego feminino era superior a 34%, em 1991.

Em resumo, o país está inserido em um processo de crescimento econômico, evidenciado pelo aumento da renda per capita, urbanização e aumento da participação feminina no mercado de trabalho, muito embora não se possa afirmar o mesmo em relação ao desenvolvimento econômico e social, uma vez que a concentração da renda é um problema sério, tendo-se agravado no período. Diante do cenário apresentado, espera-se, na média, um aumento dos gastos com o item alimentação, mas com queda de sua importância no orçamento familiar. Ao mesmo tempo, espera-se que os produtos mais básicos, como os calóricos, percam participação em favor dos produtos protéicos e industrializados, como anteriormente constatou Campos (1978, apud Oliveira, 1995, p.139). O referido estudo analisou o período compreendido entre a década de 60 e meados da década de 70, e constatou a queda do consumo de alimentos básicos (arroz, feijão, farinha de

¹ Willumsen e Fonseca (1995, p. 255 e 260), com base em dados de 1990 do IBGE.

mandioca, açúcar, café e carne de porco), em favor do aumento do consumo de trigo (pão, massas e biscoitos), aves, ovos e produtos do leite, além da substituição de alimentos populares pelo consumo de alimentos industrializados (como o leite em pó e massas no lugar de feijão, e o óleo de soja em substituição a gorduras animais ou outros óleos vegetais).

3 Evolução dos Preços Relativos em São Paulo

Outra variável fundamental para explicar o consumo é o preço real dos bens. Com o Plano Real, várias medidas direcionaram-se no sentido de interromper o processo de aumento generalizado e persistente dos preços: a desindexação da economia, o aperto do crédito, a fixação do câmbio, bem como a abertura comercial que se instalou desde 1990, como já se assinalou. Uma questão relevante, portanto, refere-se ao comportamento dos preços relativos da alimentação em geral e dos alimentos para consumo em domicílio, antes e ao longo do período de contenção da inflação e aumento da concorrência, via produtos importados.

A análise da evolução desses preços é realizada com base nos índices de custo de vida para São Paulo e dos índices de preços da alimentação, calculados pela FIPE, para o período de 1981 a 1996.² Para estudar a evolução do preço real, foram acumuladas as variações mensais ao longo de todo o período, deflacionando-se-as pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC) também acumulado, e considerando-se, para fins da análise, os valores encontrados em dezembro de cada ano.

O gráfico 3.1 apresenta a evolução do preço real do item *alimentação* e do subitem *alimentação em domicílio*. Neste, são observados, nitidamente, três patamares de preços dos alimentos: no início da década, quando eram relativamente es-

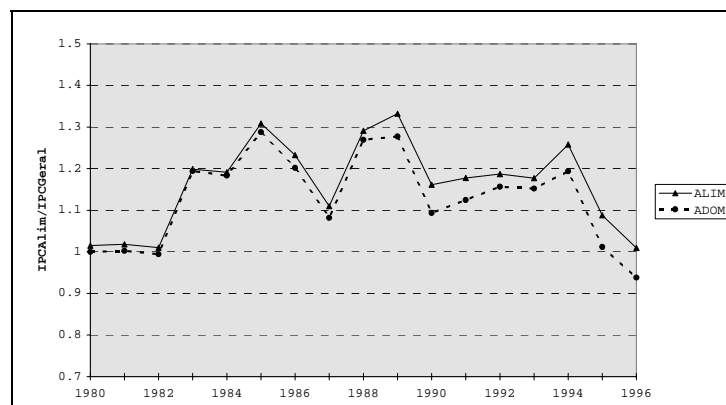
² Os índices referentes aos anos 70 não estão disponíveis de forma semelhante à dos índices a partir de 1980. Em vista disso, limitamos a análise dos preços ao período pós-80.

Excluído: i

táveis; de 1983 a 1994, quando se situaram cerca de 20% acima do nível do período anterior; e, no final (1995/96), quando apresentaram clara tendência decrescente. Apesar de acompanhar a tendência dos preços da alimentação em geral, os preços dos alimentos para consumo em domicílio, em todo o período, ficaram relativamente mais baixos do que o índice de preços da alimentação fora do domicílio.

GRÁFICO 3.1

Evolução dos Preços Reais da Alimentação
São Paulo (1980 a 1996)



Fonte: IPC-FIPE.

Parte desses dados também consta da tabela 3.1, que inclui a evolução do preço real para grupos de alimentos em anos selecionados, no período de 1981 a 1996. A escolha dos anos coincide com os períodos de realização das Pesquisas de Orçamentos Familiares (POF) — base para a análise das transformações da estrutura do consumo alimentar a ser apresentada no capítulo 4.

TABELA 3.1

Preço Real da Alimentação e Grupos de Produtos Alimentares (IPCALIM/IPCGeral)
São Paulo — Anos Selecionados

Itens	1981	1982	1983	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Alimentação	1 018	1 010	1 199	1 178	1 187	1 177	1 258	1 088	1 009
Alimentação em domicílio	1 003	0,994	1 195	1 125	1 156	1 152	1 194	1 012	0,938
Produtos calóricos	1 117	1 199	1 441	1 596	1 917	1 589	1 456	1 553	1 488
Panificados	1 416	1 794	1 874	2 508	3 410	2 646	2 604	3 041	2 900
Cereais	0,897	0,799	1 025	0,870	0,787	0,832	0,690	0,588	0,580
Massas, farinhas e féculas	1 329	1 441	2 061	1 854	2 106	1 533	1 297	1 323	1 265
Biscoitos	1 102	1 254	1 458	1 395	1 651	1 487	1 226	1 172	1 100
Produtos protéicos	0,885	0,876	1 181	1 202	1 184	1 255	1 218	1 030	0,972
Carnes	0,942	0,877	1 254	1 058	0,984	1 056	1 192	0,867	0,799
Aves	0,940	0,984	1 081	0,614	0,665	0,635	0,644	0,451	0,452
Peixe fresco	0,697	0,629	0,601	1 988	2 625	2 026	2 746	2 804	2 368
Leite	0,829	0,840	1 191	1 716	1 774	2 060	1 550	1 506	1 497
Derivados de leite	0,806	0,935	0,948	1 224	1 037	1 072	1 110	1 036	0,936
Derivados de carne	0,943	1 054	1 411	1 221	1 186	1 283	1 150	0,996	0,890
Ovos	0,850	0,728	1 298	1 249	1 355	1 246	1 167	0,947	1 057
Vegetais	1 203	1 110	1 054	0,858	0,831	0,819	1 296	0,986	0,926
Frutas	1 125	0,798	0,937	0,965	0,835	0,897	1 411	1 089	1 037
Legumes	1 286	1 416	1 121	0,726	0,518	0,714	0,898	0,776	0,658
Tubérculos e outros	1 160	1 185	1 273	0,731	1 233	0,692	1 221	0,844	0,872
Verduras	1 292	1 286	1 139	0,827	0,700	0,855	1 561	1 112	0,978
Outros	0,956	1 033	1 121	1 060	1 244	1 239	1 253	1 020	0,798
Óleos	0,662	0,663	1 159	0,558	0,558	0,626	0,538	0,454	0,410
Condimentos	1 065	1 078	1 094	1 069	1 187	0,964	0,926	0,902	0,858
Enlatados	0,890	0,922	0,947	1 070	1 309	0,931	0,946	0,887	0,774
Café	0,937	1 148	0,965	0,887	1 246	1 466	1 926	1 336	0,929
Açúcar	1 409	1 502	1 402	1 673	1 881	1 896	1 598	1 356	0,977

Fonte: Banco de dados do Índice de Custo de Vida da FIPE.

Obs. IPCALIM = Índice de Preços dos Itens de Alimentação; IPC = Índice de Preços ao Consumidor.

Os quatro grupos analisados foram: produtos calóricos (pães, cereais, massas e biscoitos), protéicos (carnes, aves, peixes, leite, derivados de carne e de leite, e ovos), vegetais (frutas,

TENDÊNCIAS DO
CONSUMO DE
ALIMENTOS E O
PLANO REAL: UMA
AVALIAÇÃO PARA A
GRANDE SÃO
PAULO

Excluído: ¶

Excluído: ¶

Excluído: ¶

Excluído: ¶

Excluído: ¶

Excluído: ¶

Excluído: ¶

Excluído: ¶

Excluído: ¶

Excluído: ¶

Excluído: ¶

Excluído: ¶

Excluído: ¶

Excluído: ¶

Excluído: ¶

Excluído: ¶

Excluído: ¶

Excluído: ¶

Excluído: ¶

Excluído: ¶

Excluído: ¶

Excluído: ¶

Excluído: ¶

Excluído: ¶

Excluído: da FIPE

legumes, tubérculos e verduras), e outros (outros produtos industrializados, inclusive óleos, café e açúcar).

À exceção dos vegetais, que apresentaram uma queda dos preços relativos de 1991 a 1993 (em comparação a 1981 a 1983), para os demais grupos, os preços reais aumentaram ou permaneceram relativamente estáveis, no confronto desses dois intervalos de tempo. Para o período do Plano Real, a exceção fica novamente por conta dos vegetais, que destoaram da tendência decrescente dos demais grupos de alimentos.

O aumento observado do início dos anos 80 aos anos 90, no grupo dos produtos calóricos, foi causado pelos alimentos industrializados (panificados: de 1,4 para 2,6; massas: de 1,3 a 1,5; e biscoitos: de 1,1 para 1,5). A partir de 1994, observa-se uma relativa estabilidade do comportamento dos preços reais (exceto no preço dos pães).

No que diz respeito aos produtos protéicos, dois dos subgrupos divergem da tendência geralmente crescente nos dois primeiros períodos e decrescente no Plano Real. Os produtos avícolas apresentaram tendência decrescente (0,9 em 1981, contra 0,6 em 1996), ainda como decorrência da continuidade de ganhos de produtividade da avicultura, e os produtos da pesca manifestaram tendência inversa para todo o período (essa atividade não é muito explorada em nosso país e está em queda, em termos de produtividade, em nível internacional, por causa da pesca predatória).

Para os vegetais, como antes se assinalou, a tendência, oposta à dos demais, foi determinada principalmente pelo comportamento dos preços dos legumes, verduras e frutas; para as últimas, os níveis de preços durante o Plano Real ficaram em um patamar superior ao do início dos anos 80 (1,1, 0,8 e 0,9, contra 1,4, 1,1 e 1,0). Cabe ressaltar, ainda, que, no ano de implantação do Plano Real, houve problemas climáticos que pressionaram positivamente os preços reais dos vegetais em geral.

Excluído: A

Excluído: entre

Excluído: e

Excluído: mais elevados

Excluído: nesse período do que no início dos anos 80

Excluído: a exceção fica por conta dos calóricos, que ficaram relativamente estáveis, em oposição à

Excluído: dos demais grupos.

Excluído: A tendência crescente observada

Excluído: protéicos

Excluído: e

O grupo dos outros alimentos industrializados comportou-se de modo bastante heterogêneo, apesar da tendência declinante manifestada durante o Plano Real. Vale a pena destacar o comportamento dos preços do café em 1994, que reflete o impacto da geadada ocorrida naquele ano.

TENDÊNCIAS DO
CONSUMO DE
ALIMENTOS E O
PLANO REAL: UMA
AVALIAÇÃO PARA A
GRANDE SÃO
PAULO

É interessante ainda enfatizar que, em geral, os preços reais dos vários itens analisados decresceram ao longo do Plano Real, e determinaram, paralelamente ao efeito-renda derivado da redução do patamar inflacionário, também um efeito-preço favorável ao consumo alimentar. Ademais, há perspectivas de melhora do consumo alimentar em termos qualitativos, à medida que os preços dos produtos protéicos, principalmente as carnes e aves, ficam mais baixos.

4 Transformações da Estrutura do Consumo Alimentar: Uma Avaliação Baseada em São Paulo

Para avaliar o impacto do crescimento econômico, das transformações da estrutura socioeconômica e do comportamento dos preços relativos sobre a composição do consumo alimentar, tomaremos São Paulo como unidade de análise. As informações analisadas são derivadas de pesquisas de orçamentos familiares oriundas de duas fontes: Pesquisas de Orçamentos Familiares elaboradas pela FIPE, em três períodos, 1971/72, 1981/82 e 1991/92, e pelo Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), em 1969/70, 1982/83, e 1994/95. Os procedimentos metodológicos das POF, implementados por essas duas instituições, diferem particularmente no que diz respeito à inclusão de itens nos grandes grupos. Isso, todavia, não compromete a análise das tendências gerais, principalmente em relação à alimentação.³

Excluído: são

Excluído: analisadas as

Excluído:

³ As POF da FIPE sempre foram feitas com base em amostras representativas da população paulistana; as do DIEESE, inicialmente, foram realizadas com famílias da classe trabalhadora (1958) e assalariadas (1969/70), e somente a partir da POF de 1982/83 passou-se a pesquisar famílias de todas as classes. Um outro diferencial importante refere-se aos

A tabela 4.1 apresenta a composição dos gastos das famílias paulistanas nas décadas de 70, 80 e 90. Os gastos com alimentação representavam mais de 30% do total no início dos anos 70, segundo a FIPE, e quase 40%, segundo a POF do DIEESE. Esse diferencial é explicado pelo fato de a POF do DIEESE, no período em questão, ter-se baseado em uma amostra de famílias assalariadas, e a da FIPE ser representativa da população paulistana. No início dos anos 80, o percentual ficou abaixo de 30% (para ambas as pesquisas), e recuperou-se no início dos anos 90, quando atingiu 34,7% do total, segundo a FIPE, que realizou o levantamento durante um período de preços de alimentação crescentes, em plena crise desencadeada pelo Plano Collor. Por seu turno, a pesquisa do DIEESE, realizada durante a implementação do Plano Real, confirma a tendência declinante da participação dos gastos com alimentação.

Excluído: 2

Excluído: quase

Excluído: a

Excluído: revela queda

Excluído: 2

TABELA 4.1

Evolução da Participação dos Principais Grupos de Bens e Serviços nas Despesas Familiares de São Paulo — Período de 1969/70 a 1994/95

Itens	FIPE			DIEESE		
	1971/72	1981/82	1990/91	1969/70	1982/83	1994/95
Alimentação ¹	31,16	29,74	34,65	39,00	28,13	27,44
Habitação	14,52	12,90	24,90	32,32	29,76	29,65
Transporte	16,02	20,13	15,30	8,80	19,30	13,62
Saúde	6,31	3,83	4,35	3,60	4,95	8,18
Educação	4,08	2,77	3,12	3,62	6,43	8,99
Outros	27,91	30,63	17,68	12,66	11,43	12,12
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Endo e Carmo (1984); Soares *et alii* (1995/96); e DIEESE (1996).

Nota: ¹ Inclui bebidas.

itens pesquisados em relação a habitação: vários gastos com equipamentos (tipo investimento) constam das pesquisas do DIEESE mas não das da FIPE. Na última POF, a FIPE pesquisou um total de dois mil itens.

Excluído: de

Esses resultados estão de acordo com a Lei de Engels, segundo a qual os gastos com alimentação perdem participação relativa à medida que a renda cresce. A década de 70, em particular, foi de crescimento acelerado. Assim, as informações de 1981/82 refletem o comportamento diante da expansão da renda dessa década. Os anos 80, muitas vezes chamados de *década perdida*, foram cenário de grandes oscilações, e resultaram, ao final, em um PIB real *per capita* equivalente ao do início do período, como já foi assinalado (gráfico 2.1). A manutenção da renda *per capita*, bem como a piora da distribuição da renda ocorrida no período (1990/92), aliada à crise do Plano Collor redundaram em um aumento da proporção dos gastos alimentares nos dispêndios familiares em um nível três e meio pontos percentuais acima do ocorrido nos anos 70 (34,7%). O dado do DIEESE de 1994/95, por sua vez, retrata o impacto do crescimento, e principalmente do aumento do poder aquisitivo da massa salarial, bem como a tendência decrescente dos preços relativos da alimentação sobre os gastos com alimentos, no período de implementação do Plano Real.

Nas tabelas subseqüentes pode-se avaliar o impacto das várias transformações socioeconômicas sobre a composição das despesas com alimentação. Ao se comparar os dados do início da década de 70 com os do início dos anos 80, a primeira constatação relevante é a queda da participação dos gastos com alimentação em domicílio em relação aos gastos com refeições fora do lar e alimentos prontos.

O crescimento econômico da década de 70 e a aceleração da urbanização favoreceram, em larga escala, o aumento dos gastos em restaurantes e lanchonetes (tabela 4.2); contudo, no período 1990/91, os dados mostram um retrocesso, decorrente da crise do Plano Collor e dos maiores preços reais da alimentação fora do domicílio. Verificou-se, assim, uma queda substancial da importância da demanda por refeições fora do lar no início da década (apenas 9,27% do gasto com alimentação) — gastos que se relacionam com praticidade e lazer. No entanto, é importante salientar que o

TENDÊ
CONSU
ALIMENTOS E O
PLANO REAL: UMA
AVALIAÇÃO PARA A
GRANDE SÃO
PAULO

Excluído: ¶

Excluído: da retomada

Excluído: e

Excluído: ¶

Excluído: da economia Paulista

Excluído: 2

incremento da participação dos gastos com alimentação fora do lar é uma tendência que está se verificando ao longo do tempo. Esse fato é ilustrado pelos dados do DIEESE, que mostram um aumento de 4,6 pontos percentuais na participação desses gastos entre 1982/83 e 1994/95, já em plena vigência do Plano Real, como decorrência principalmente do efeito-renda, uma vez que os preços continuaram mais elevados do que os da alimentação em domicílio.

Excluído: 2

TABELA 4.2

Comparação dos Gastos com Alimentação em Domicílio e Fora do Lar de São Paulo —Período de 1969/70 a 1994/95

Itens	FIPE			DIEESE		
	1971/72	1981/82	1990/91	1969/70	1982/83	1994/95
Alimentação ¹	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Alimentação no lar	89,72	84,45	90,73	95,20	82,54	77,99
Alimentação fora do lar	10,28	15,55	9,27	4,80	17,46	22,01

Fonte: Endo e Carmo (1984); e Pesquisa de Orçamentos Familiares de São Paulo, 1990/91 (tabulações especiais), DIEESE, 1996.

Nota: ¹ Inclui bebidas.

O exame da composição do consumo alimentar no domicílio ao longo do período é realizado a partir da tabela 4.3. Em primeiro lugar, examinando-se as variações entre 1971/72 e 1981/82, verifica-se um aumento da participação dos gastos com produtos protéicos, produtos industrializados e produtos calóricos (em menor escala), em detrimento dos vegetais. O aumento da renda real, nos anos 70, parece não ter compensado o aumento de preços dos vegetais no período, o que pode explicar a perda de importância dos gastos com esses produtos in natura. Para os outros grupos, que podem ser considerados bens superiores (os dois primeiros) e normal com baixa elasticidade-renda (o terceiro), o efeito renda

Excluído: 2

positivo explica o aumento constatado do percentual dos gastos no total.

Quanto aos alimentos protéicos, observa-se que pode ter havido uma substituição dos s gastos com carnes por leite, derivados e ovos, ainda que a primeira categoria continuasse a representar uma parcela bastante significativa dos gastos com alimentos em domicílio (acima de 20%).

Para os vegetais, constata-se a contração dos gastos com legumes, verduras e tubérculos (produtos pouco valorizados pelo brasileiro), e um modesto aumento da participação das frutas. A preocupação com a saúde, muito perceptível nas tendências do consumo em outros países [Manchester (1992, p. 11)] não parece ter influenciado o consumo dessas categorias de alimentos, apesar do aumento da renda real entre o início dos anos 70 e os anos 80.

Ainda em relação ao primeiro período, para os produtos industrializados, verifica-se um decréscimo da proporção gasta em óleos e gorduras, e em conservas e enlatados, o que contraria, pelo menos nesses últimos, a busca de praticidade que se esperaria com o aumento da participação feminina no mercado de trabalho. Por outro lado, para doces, açúcar, condimentos, café e chá, o movimento foi inverso (aumento da participação), o que também contraria a tendência observada na economia dos EUA, em relação à preocupação com a saúde.⁴

Ao se examinar o efeito das transformações da década de 80, considerando-se as POF de 1981/82 e 1991/92 realizadas pela FIPE, constata-se que a participação dos vegetais continuou diminuindo; a dos produtos calóricos e dos protéicos aumentou; e a dos outros produtos industrializados contraiu-se para um percentual inferior ao do início da década de 70. Como se observou anteriormente, a renda per

⁴ Cabe assinalar que, nos EUA, embora Manchester (1992, p.12) registre a tendência de queda do consumo de óleos e gorduras, a dieta é bastante desequilibrada, o que comprova a grande incidência de obesidade no país.

TENDÊNCIAS DO
CONSUMO DE
ALIMENTOS E O

PLANO
AVALIA
GRAND
PAULO

Excluído: , para o primeiro período (1971/72 e 1981/82),

Excluído: consumo de

Excluído: Os pescados, por sua vez, também tiveram sua participação, ligeiramente aumentada.

Excluído: .

Excluído: quanto aos

Excluído: a estabilidade da

Excluído:

capita, em 1991/92, equiparou-se à de 1981/82, ao passo que os preços reais se elevaram para os produtos calóricos e protéicos, decresceram para os vegetais e para outros (industrializados), o que explica os resultados observados.

TABELA 4.3

Comparação dos Gastos com Alimentação —
São Paulo

Itens	FIPE			DIEESE ¹	
	1971/72	1981/82	1991/92	1982/83	1994/95
Alimentação no lar	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Produtos calóricos	18,95	19,57	19,83	19,90	15,08
Produtos protéicos	38,84	41,12	46,93	42,93	47,48
Carnes	24,55	22,93	28,68		26,80
Pescados	1,47	2,12	1,54		2,16
Leite, derivados (e ovos)	12,82	16,07	16,71		18,52
Vegetais	24,72	19,64	17,04	13,05	15,84
Frutas	9,98	10,18	7,42		8,13
Legumes	9,63	5,66	5,01		2,46
Verduras	2,90	1,81	2,95		1,91
Tubérculos	2,21	2,01	1,67		3,35
Outros (industrializados)	17,49	19,66	16,21	24,12	21,60
Óleos e gorduras	6,67	4,24	3,19		3,24
Doces	1,48	4,06	2,83		5,50
Condimentos	1,42	2,42	2,25		2,98
Conservas e enlatados	1,74	1,64	2,09		3,30
Açúcar e adoçantes	2,57	2,82	2,79		2,42
Café	3,22	3,94	2,48		3,55
Chá	0,11	0,26	0,11		0,19
Aditivos lácteos	0,28	0,28	0,47		0,42

Fonte: Endo e Carmo (1984); Pesquisa de Orçamentos Familiares de São Paulo, 1990/91 (tabulações especiais), boletim do DIEESE, agosto de 1996.

Nota: ¹ Dados disponíveis apenas agregados.

Excluído:

Excluído: ###Campos (1978, apud Oliveira, 1995, p.139), analisando o período da década de 1960 a meados da de 1970, observou a queda do consumo de alimentos de base (arroz, feijão, farinha de mandioca, açúcar, café e carne de porco) em favor do aumento do consumo de trigo (pão, massas e biscoitos), aves, ovos e produtos do leite; e a substituição de alimentos populares pelo consumo de alimentos industrializados como de leite em pó, massas no lugar de feijão, óleo de soja em substituição de gorduras animais ou outros óleos vegetais.¶ de vários grupos de alimentos, destacando-se, no entanto, o aumento do percentual gasto com as carnes, e a queda da participação dos vegetais, óleos e gorduras, dos doces e do café, caracterizando-se esta queda (exceção dos dois últimos) como uma tendência das duas décadas. Ao se examinar os dados de meados da década de 1990, com base na pesquisa do DIEESE, observa-se o aumento dos gastos com produtos protéicos e com vegetais, a queda dos produtos { ... [1]

Excluído: 2

Excluído: /

Excluído: Pães, Cereais e Farináceos

É interessante examinar o comportamento de alguns itens que compõem os grupos. Dentro do grupo dos produtos protéicos, verifica-se que o aumento da participação de seus gastos deveu-se ao aumento relativo dos gastos com carnes, uma vez que o leite, derivados e ovos mantiveram-se praticamente no mesmo patamar do período anterior. Os pescados, por sua vez, com pouca tradição de consumo entre as famílias paulistanas, perderam participação. No que diz respeito às carnes, pode-se verificar que o movimento dos preços no período levou ao aumento da proporção gasta com as carnes vermelhas, em detrimento das brancas, a despeito da substancial queda do preço real das carnes de aves (tabela 4.4). No caso do subgrupo do leite, derivados e ovos, constata-se o aumento da participação dos gastos do primeiro (bem de demanda-preço inelástica)⁵ — um reflexo do aumento do preço real, em detrimento da participação dos derivados e dos ovos.

No grupo dos alimentos calóricos, verificou-se um aumento dos gastos com panificados e massas e farinhas, em substituição aos dispêndios com cereais (tabela 4.4), fato que já era esperado, dada a estabilidade da renda real e o aumento dos preços dos dois primeiros e a queda de preço dos últimos.

Quanto aos vegetais (tabela 4.3), houve quedas da participação das frutas, tubérculos e legumes, e pequeno aumento da participação dos gastos com verduras.

A queda de participação dos gastos com o grupo outros (industrializados) foi determinada pela diminuição praticamente generalizada da proporção dos gastos com os subgrupos de alimentos que os compõem. As exceções foram as conservas e enlatados e os aditivos lácteos. Nesse grupo, o movimento dos preços não explica a variação da participação dos gastos de todos os seus componentes. Para óleos e gorduras (demanda inelástica), e doces e condimentos (demandas

⁵ Pesquisa de Campino et alii (1986) estimou a elasticidade-preço da demanda de leite em 0,3230, com base em dados do Estudo Nacional da Despesa Familiar (ENDEF), para São Paulo.

Excluído: A Tabela 2.4 apresenta um detalhamento de alguns dos grupos, segundo a FIPE.

elásticas), a variação observada vai na direção esperada; para os demais, talvez alguma mudança de hábito relacionada à saúde esteja por trás da queda da porcentagem gasta com açúcar e café, mas houve aumento de consumo de conservas/enlatados.

Comparando-se os dados do DIEESE de 1982/83 com os de 1994/95, podem ser avaliadas as mudanças da estrutura de consumo, que incluem o período de implantação do Plano Real. Examinando-se a tabela 4.3, observa-se que houve um aumento da participação de dois dos quatro grandes grupos, nos quais é possível fazer comparação, a saber: protéicos e vegetais, em detrimento dos calóricos e de outros (industrializados). Em primeiro lugar, a renda real *per capita* aumentou entre os dois períodos, e foi observado que essa tendência crescente ocorre sistematicamente desde 1993. Em segundo lugar, os preços reais desses grandes grupos declinaram ao longo de 1994 e 1995, com exceção dos alimentos calóricos. Assim, de um lado, o efeito-renda e o efeito-preço estimularam o aumento da proporção dos gastos dos produtos superiores, como os protéicos, e, de outro, desestimularam os gastos com bens com baixa elasticidade-renda, como os calóricos. O ganho de renda também amplia o horizonte dos consumidores, e incorpora entre suas necessidades alguma preocupação com a saúde; daí pode advir uma explicação para o aumento da participação dos gastos com os vegetais e o declínio do grupo *outros*, que inclui óleos e gorduras e os açúcares — tendências que têm sido verificadas ao longo da história e por alguns estudos específicos, como os de Mondini e Monteiro (1994), Carmo (1996) e Oliveira (1995).

Os dados até aqui apresentados referem-se à estrutura (média) dos gastos com alimentos das famílias paulistanas, sem considerações acerca da distribuição de renda, nem em relação às diferenças regionais. Alguns estudos têm sido desenvolvidos para analisar o cardápio básico do brasileiro, segundo regiões ou classes de despesa. Weis (*apud* Oliveira, 1995, p.144), em sondagem realizada em 1991, com 1 200 pessoas nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Belém, com renda

familiar superior a 2 salários-mínimos (SM), verificou que o arroz e o feijão eram apontados, entre 82% e 90% das respostas, como o prato básico; a carne de boi estava entre os principais alimentos para 75% dos entrevistados; 51% tinham como sobremesa frutas comuns ou doces; o jantar consistia, em geral, de alimentos leves ou sanduíches; no domingo, a rotina de arroz com feijão era substituída por massas (principalmente em São Paulo), maionese com legumes e bebidas de frutas.

TENDÊNCIAS DO
CONSUMO DE
ALIMENTOS E O
PLANO REAL: UMA
AVALIAÇÃO PARA A
GRANDE SÃO
PAULO

TABELA 4.4

Comparação da Participação dos Gastos com Alguns Grupos Desagregados de Alimentos — São Paulo — 1981/82 e 1991/92

Itens	1981/82	1991/92
Produtos calóricos	100,00	100,00
Pães	27,58	34,03
Cereais e leguminosas	50,46	40,18
Arroz	33,42	26,72
Feijão	15,89	8,62
Outros cereais	1,15	4,84
Farináceos e massas	21,96	25,79
Farinhas e féculas	5,71	6,32
Massas	8,96	8,52
Biscoitos	7,46	10,62
Outros farináceos	0,00	0,33
Carnes	100,00	100,00
Carne bovina	55,92	56,04
Derivados de carne	17,93	18,89
Carne suína	6,80	6,75
Carne de aves	19,34	18,32
Leite, derivados e ovos	100,00	100,00
Leite	45,03	52,51
Derivados de leite	39,34	36,19
Ovos	15,62	11,30

Excluído: 2

Excluído: Pães, Cereais e Farináceos

Fonte: Endo e Carmo (1984); Pesquisa de Orçamentos Familiares de São Paulo — 1990/91 (tabulações especiais).

Excluído: .

Excluído: .

Excluído: ¶

Oliveira (1995), em pesquisa qualitativa realizada em julho de 1993 em três bairros da zona oeste da cidade de São Paulo, de diferentes níveis socioeconômicos, com 33 mulheres, corrobora as observações de Weis, e traz indicações dos principais alimentos consumidos em três distintas faixas de renda. Novamente, foi constatada a importância do arroz e feijão como alimentos básicos para todas as famílias, independentemente do nível de renda, muito embora a variedade e o consumo de legumes e frutas se amplie à medida que a renda aumenta. Verificou-se também a presença de alimentos práticos, como sanduíches, em todas as famílias, inclusive entre as de menor poder aquisitivo.

A autora também destaca que as entrevistadas preferiam alimentos frescos aos industrializados (considerados artificiais e de preços elevados), e que as mulheres pertencentes às famílias de maior poder aquisitivo (renda média de 52,57 SM) tinham uma idéia bastante clara de equilíbrio alimentar e valor nutricional, ao passo que, para as de baixa renda (média de 5,67 SM) o atributo principal era a quantidade.

Com base em dados gerados pelo DIEESE, foi possível realizar uma avaliação da estrutura dos gastos alimentares segundo faixas de renda, cujos resultados encontram-se na tabela 4.5, que mostra a distribuição dos gastos alimentares segundo grandes grupos⁶ e faixas de renda, para 1987 e 1994/95. As fontes de dados são a Pesquisa de Consumo Alimentar Familiar e Renda no Município de São Paulo,

Excluído: 2

⁶ *A compatibilização dos dados publicados desses dois estudos implicou o reagrupamento segundo um critério diferente do da tabela 4.3. Cabe assinalar que, entre os semi-elaborados, estão os cereais e as leguminosas; entre os conservados estão os produtos cuja conservação depende de refrigeração (laticínios e derivados de carne) in natura — basicamente, os vegetais.*

realizada de abril a junho de 1987, e a própria POF de 1994/95.

TENDÊNCIAS DO
CONSUMO DE
ALIMENTOS E O
PLANO REAL: UMA
AVALIAÇÃO PARA A
GRANDE SÃO
PAULO

Antes de analisar essas distribuições, é necessário comentar as faixas de renda definidas em cada pesquisa. Na primeira, a amostra foi dividida entre seis faixas de renda, e as cinco primeiras (até três salários-mínimos) podem ser consideradas de baixa renda. Na segunda pesquisa, o critério foi a distribuição por tercís, o que determinou três classes de renda: baixa (com renda média de 3,37 salários-mínimos), média (8,34 SM) e alta (24,84 SM).⁷

TABELA 4,5

Distribuição dos Gastos Alimentares segundo Grandes Grupos de Alimentos e Faixas de Renda — Município de São Paulo — 1987 e 1994/95

Itens	Pesquisa de 1987			POF 1994/95			
	Faixas de Renda em Salários-Mínimos			Estratos			
	0 a 2,99	3,0 e mais	Total	3,37SM	8,34SM	24,84SM	Total
Alimentação				35,71	31,19	23,8	27,44
Industrializados	30,22	34,54	31,72	49,14	49,76	54,10	52,28
<i>In natura</i>	28,12	28,93	27,90	16,98	17,63	18,27	17,51
Semi-elaborados	7,14	2,60	5,74	6,91	5,79	3,40	4,90
Conservados	34,52	33,93	34,64	26,98	26,83	24,24	25,31
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: POF DIEESE (agosto de 1996) e Martini (1992).

I Para contornar a diversidade dos critérios de classificação segundo a renda, calculamos, para o primeiro estudo, a média ponderada das cinco primeiras classes para cada grupo de alimentos considerado, com base na distribuição da população amostrada pertencente a cada classe, com distribuição para duas faixas, conforme aparece na tabela 4.5.

Excluído: 2

Excluído: no total dos Gastos

A análise da tabela 4.5 mostra, em primeiro lugar, nas duas épocas, um aumento da participação dos gastos com produtos industrializados e *in natura*, conforme aumenta a renda, como já fora anteriormente identificado por Oliveira (1995), ao passo que os semi-elaborados e os conservados perdem participação. Em segundo lugar, para o total, há um aumento da proporção gasta com produtos industrializados, em detrimento das demais categorias, inclusive produtos conservados, em 1994/95 (quando comparada aos valores obtidos em 1987). Esse fato é explicado não só pelo incremento de renda gerado pelo primeiro ano do Plano Real, mas também pelo efeito-distribuição. As famílias de menor renda tiveram ganhos proporcionalmente maiores do que a média da população; isso determinou o aumento de sua participação nos gastos com produtos mais sofisticados.⁸

Para complementar a análise das mudanças na estrutura de consumo alimentar no período do Plano Real, o próximo capítulo apresenta os dados sobre a evolução do faturamento da indústria de alimentos e das vendas no varejo.

Excluído: .

Excluído: ¶

5 Evolução Recente de Indicadores do Lado da Oferta

Neste capítulo, utilizam-se dados secundários obtidos em publicações ou tabulações especiais da Nielsen,⁹ da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA) e da FIBGE, além de informações primárias referentes a vendas fornecidas por empresa-líder no setor de supermercados da região metropolitana de São Paulo.

⁸ Para maior detalhamento do efeito-distribuição, ver Farina e Zylberztajn (1994).

⁹ Empresa de pesquisa de mercado realizada em uma amostra representativa do varejo, nas principais áreas geográficas do Brasil, onde se concentram mais de 89% da população e 95% do PIB.

5.1 Evolução do Desempenho de Produtos Alimentícios Selecionados (1990/1996)

A tabela 5.1 mostra a evolução das vendas de alguns produtos industrializados selecionados, no período de 1990 a 1996. Subdividindo-se o período em dois, pré e pós-Real, verifica-se que, no primeiro, quase 30% dos produtos selecionados acumularam um crescimento positivo (leite em pó, creme de leite, purê de tomate, derivados de carne, suco de frutas pronto para consumo e cerveja). No segundo período, todos os produtos acumularam crescimento positivo; o menos expressivo foi o da farinha de trigo, e os mais significativos, os dos iogurtes e hambúrgueres, em razão da queda generalizada dos preços dos alimentos dos primeiros dois anos e meio do Plano Real.

Os dados da tabela 5.2 completam a análise do crescimento das vendas dos alimentos industrializados, ao apresentarem a variação anual da produção e do faturamento, no período de 1993 a 1996, para um conjunto de cadeias agroalimentares, em nível nacional. Esses dados estão organizados segundo o conceito de valor agregado, que reflete o comportamento de todas as atividades relacionadas ao produto — da agricultura à indústria. O desempenho medido em termos da variação anual da produção física foi positivo em todo o período analisado, para os produtos alimentares em geral. Merece destaque o período pós-Plano Real, em que o crescimento da produção de alimentos foi de 7,2%, em 1995, contra 4,7%, em 1994, e 3,1%, em 1993. A variação da produção física também foi positiva em 1996, embora tenha apresentado um crescimento inferior ao observado em 1995 (3,9%), mas ainda superior ao crescimento da indústria de transformação (1,3%). No que diz respeito às cadeias, destaca-se o elevado crescimento da produção de todas em 1995 (a taxa de crescimento da indústria de transformação foi superior a 2%), com uma única exceção, as conservas e sucos (1,6%). Dentre as cadeias constantes da tabela, é interessante notar que a indústria de

laticínios apresentou um dos melhores desempenhos de produção, principalmente antes do Real.

TABELA 5.1

Evolução da Variação do Volume das Vendas de Produtos Industrializados Selecionados (porcentagem sobre o ano anterior)

Produtos	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1990/93	1994/96
Farinha de trigo e derivados									
Farinha de trigo	0	-8	1	1	7	-1	-2	-6	4
Massa alimentícia	-3	-9	-9	0	8	14	0,2	-20	23
Bolacha/biscoito	-7	1	-10	11	12	27	11	-6	58
Mistura para bolo	-4	-1	-23	-6	-10	69	49	-31	127
Derivados do leite									
Leite em pó	17	-7	-13	8	11	19	-3	2	28
Creme de leite	0	-2	-4	12	14	30	13	5	67
Iogurte	-11	5	-34	13	33	89	9	-30	174
<i>Petit suisse</i>	-3	-3	-30	0	7	81	5	-34	103
Leite condensado	4	-4	-8	8	18	21	5	-1	50
Sobremesa pronta gelificada	-4	21	-41	-16	-11	92	15	-42	97
Enlatados									
Conserva vegetal	-1	0	-14	13	9	40	3	-4	57
Purê de tomate	9	8	9	17	10	14	-4	50	20
Extrato de tomate	-3	-5	-16	-2	6	26	3	-24	38
Molho de tomate refogado	1	5	-12	7	13	38	3	0	61
Derivados de carnes									
Hambúrguer	-13	12	26	28	22	62	14	57	125
Presunto	3	11	-9	16	12	45	15	21	87
Bebidas									
Café em pó	-5	-5	-1	3	3	18	10	-8	34
Refrigerante	6	0	-10	2	15	38	3	-3	63
Suco de fruta concentrado	-16	-11	-11	30	15	62	7	-14	99
Suco de fruta pronto p./consumo	31	4	-3	23	25	12	54	63	116
Cerveja	12	2	-9	3	18	14	-3	7	30

Fonte: Nielsen (1994).

TENDÊNCIAS DO
CONSUMO DE
ALIMENTOS
PLANO DE AVALIAÇÃO
GRAND PAUL
Excluído: Tabela 3..3
Excluído: ¶

TABELA 5.2

Indicadores de Desempenho de Cadeias
Agroindustriais de Alimentos — Variação Anual do
Faturamento e da Produção Física Brasileira de
Alimentos (Porcentagem em relação ao ano anterior)

	1993		1994		1995		1996 ¹	
	Fatur.	Prod.	Fatur.	Prod.	Fatur.	Prod.	Fatur.	Prod.
Alimentos — total	-2,0	3,1	-8,8	4,7	5,9	7,2	5,3	3,9
Massas e confeitos	-4,3	4,1	-7,3	10,5	16,3	14,9	8,6	4,4
Cadeia do trigo	-10,5	3,3	-3,1	10,3	13,4	13,7	14,8	-0,5
Cadeia de chocolate, cacau e balas	-3,0	4,0	1,9	12,8	23,2	18,8	-2,0	-4,8
Cadeia de cereais, café e açúcar	-1,9	3,8	-1,2	-5,8	5,2	5,9	0,7	7,1
Conservas vegetais e sucos	-10,7	-4,7	-13,6	14,6	1,8	1,6	7,7	0,9
Laticínios	5,4	14,3	-11,5	10,6	19,7	23,4	0,1	2,1
Cadeia de proteína animal	-5,8	2,1	-3,4	3,1	-0,5	5,1	10,3	8,1
Cadeia da soja	-4,0	1,3	10,0	8,4	-9,5	3,7	1,7	-4,2
	6,8	7,6	6,9	7,7	2,2	2,0	1,9	1,3

Fonte: ABIA.

Nota: ¹ De janeiro a novembro.

A tabela 5.2 também permitiu a análise da evolução do faturamento industrial das cadeias agroalimentares entre 1993 e 1996; ou seja, constatou-se um desempenho negativo das receitas da indústria alimentar no período pré-Real. Em 1995 e 1996, este foi positivo, embora abaixo do crescimento da produção, como decorrência do movimento decrescente dos preços dos produtos industrializados, como já se comentou. Tal fato é generalizado para quase todas as cadeias. Em 1993 e 1994, as exceções ficam por conta da cadeia de laticínios (1993) e de chocolates, cacau e balas, e da soja (1994). No período pós-Real, apenas as cadeias de proteína animal e da soja tiveram queda do faturamento em 1995 (os chocolates tiveram queda em 1996).

Vale lembrar que o início desta década foi acompanhado por um importante processo de mudança estrutural caracterizado pela abertura comercial. A possibilidade da entrada de produ-

tos estrangeiros teve duas implicações principais para o consumo mo das famílias. Em primeiro lugar, aumentou a concorrência e gerou pressões para reduções nas margens de lucro dos setores oligopolizados da economia [Allain (1995)], o que contribuiu, conseqüentemente, para a queda dos preços reais (como foi visto no capítulo anterior). Em segundo lugar, houve diversificação de produtos de melhor qualidade para os consumidores.

TENDÊNCIAS DO
CONSUMO DE
ALIMENTOS E O
PLANO REAL: UMA
AVALIAÇÃO PARA A
GRANDE SÃO
PAULO

Os dados da tabela 5.3, referentes ao período de 1993 a 1996, mostram o aumento da importância das importações no consumo aparente de alimentos elaborados, em âmbito nacional. Vale também registrar que os aumentos das importações de alimentos foram acompanhados pelo crescimento da produção doméstica, conforme se pôde observar na tabela 5.2. Não há portanto, indicações de uma substituição líquida de produtos domésticos por importados.

TABELA 5.3

Consumo Aparente de Alimentos Elaborados

(Em US\$ bilhões)

Anos	Valor da Produção	Exportação	Produção Doméstica para Consumo	Importação	Consumo Aparente
1993	40,6	9,2	31,4	0,7	32,1
1994	45,4	12,0	33,4	1,5	34,9
1995	53,0	12,4	40,6	2,5	43,2
1996 ¹	56,8	13,4	43,4	2,2	45,6

Fonte: FIBGE.

Nota: ¹ De janeiro a novembro.

5.2 O Crescimento das Vendas (em supermercados) na Grande São Paulo

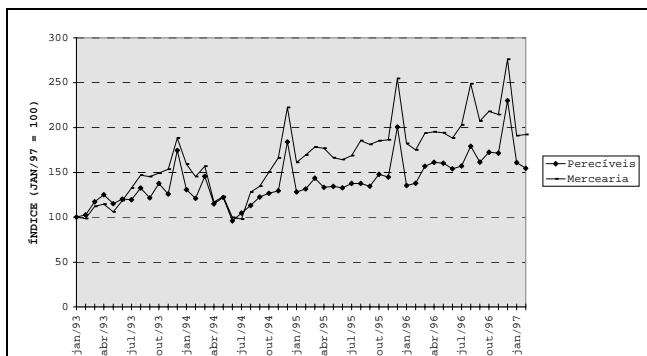
Os dados analisados nesta seção referem-se a uma empresa líder do segmento de supermercados de São Paulo, e relacionam-se se à evolução das vendas em todas as lojas espalhadas pela cidade, no período de janeiro de 1993 a dezembro de 1996.

Os gráficos 5.1 e 5.2 apresentam a evolução do índice de vendas reais dessa empresa para os agregados mercearias e perecíveis, estes últimos desdobrados em três grupos: carnes e aves; frutas, legumes e verduras; e frios, laticínios, peixaria, padaria (industrializados) e condensados (tabela 5.4). Assim, o ano de 1993 presenciou uma tendência crescente das vendas dessas categorias de produtos em São Paulo, fato que teve seu auge em dezembro; esta foi seguida de forte declínio até junho/julho de 1994, quando o crescimento das vendas foi retomado. De modo geral, observa-se, com o Plano Real, uma tendência sistematicamente crescente das vendas, com picos destacados em dezembro de cada ano. Isso fez, para o conjunto de produtos, em dezembro de 1996, que as vendas fossem mais de 2,5 vezes a venda real de janeiro de 1993.

Em síntese, o exame do comportamento da produção industrial e das vendas de alimentos no Brasil e em São Paulo, nos três últimos anos, fornece indícios favoráveis às hipóteses discutidas no início do trabalho, e relativas ao impacto positivo do Plano Real sobre o consumo e a melhora da qualidade das combinações de alimentos adquiridas.

GRÁFICO 5.1

Evolução das Vendas Reais em Lojas de Supermercados: São Paulo, Janeiro de 1993 a Fevereiro de 1997

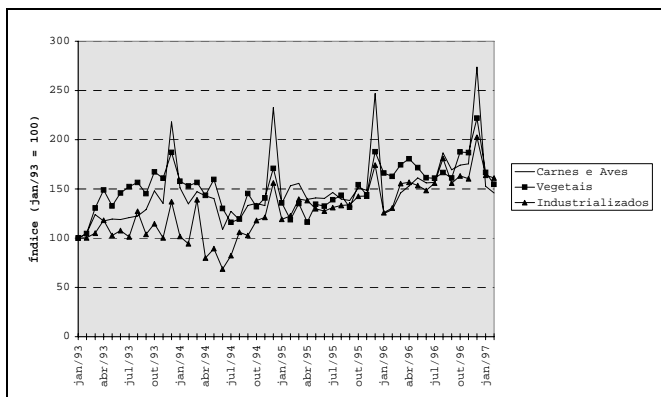


Fonte: Rede de supermercados líder em São Paulo.

TENDÊNCIAS DO
CONSUMO DE
ALIMENTOS E O
PLANO REAL: UMA
AVALIAÇÃO PARA A
GRANDE SÃO
PAULO

GRÁFICO 5.2

Evolução das Vendas de Perecíveis em Lojas de Supermercados: São Paulo, Janeiro de 1993 a Fevereiro de 1997



Fonte: Rede de supermercados líder em São Paulo.

TABELA 5.4

Índice de Vendas Real de Supermercado para a Grande São Paulo (jan./93 = 100)

	Perecíveis				Subtotal	Total
	Mercearia	Carnes e Aves	Vegetais	Industrializados		
Jun./93	118.69	118.91	145.78	107.63	120.27	119.44
Dez./93	188.43	217.96	187.13	136.95	174.66	181.95
Jun./94	99.86	108.98	130.17	68.54	96.04	98.06
Dez./94	222.47	232.58	170.94	156.19	184.03	204.36
Jun./95	164.28	140.41	132.46	127.38	132.73	149.42
Dez./95	254.57	246.93	187.83	174.14	200.81	229.23
Jun./96	188.30	156.06	161.30	148.45	154.00	172.10
Dez./96	276.11	273.61	221.89	202.65	230.07	254.34

Fonte: Dados de vendas de empresa líder do setor, 1993/97.

Obs: Industrializados: derivados de leite e carnes, peixes e panificados.

6. À Guisa de Conclusão

As evidências apresentadas neste trabalho confirmam a hipótese de que o Plano Real teve impactos favoráveis sobre os padrões de consumo de alimentos. Tais impactos foram, em grande parte, resultado do aumento do poder aquisitivo da população, derivado da estabilidade de preços. Apesar do trabalho ter concentrado a análise para a cidade de São Paulo, onde a condição alimentar é uma das melhores do país, é bastante provável que o impacto do plano tenha sido semelhante em outras regiões. Os dados aqui analisados sugerem não apenas o aumento na demanda por alimentos, mas também a melhoria da qualidade do consumo alimentício, principalmente de alimentos de maior valor protéico e industrializados. Contudo, é necessário não menosprezar a tendência crescente no consumo de alimentos observada nas últimas décadas, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos. Cabe destacar, ademais, as conseqüências do processo da

Excluído: 3. Evolução dos Preços Relativos, Vendas e o Plano Real¶

¶ A variação do consumo de alimentos na década de 90 esteve relacionada a dois fatores principais: evolução da renda da população e dos preços relativos dos alimentos. Além destes, contudo, não se deve menosprezar o papel da abertura comercial q... [2]

Excluído: 10 dos grupos de produtos analisados. No primeiro, observa-se que o valor das importações dos grupos das carnes, leites e laticínios etc. e prepa... [3]

Excluído: 11 O valor das importações destes grupos apresenta tendência crescente ao longo dos sete anos examinados. A maior oscilação é ... [4]

Excluído: 12. apresentaram queda em suas vendas em termos reais, ao passo que as vendas do leite - bem essencial - teve ... [5]

Excluído: 13 e salgada

Excluído: 14, embora se verifique uma tendência crescente moderada das vendas desde o início do período, a partir da terceira fase do Plano Real, €... [6]

Excluído: 15 é possível identificar a mesma tendência. Contudo, é interessante observar o comportamento sazonal das vendas com pico... [7]

abertura comercial vivenciada pelo país nos últimos anos. Tal processo tem contribuído para uma melhora na qualidade dos alimentos (principalmente os industrializados), bem como para a intensificação da concorrência interna, o que tem contribuído para a manutenção dos preços aos consumidores.

TENDÊNCIAS DO
CONSUMO DE
ALIMENTOS E O
PLANO REAL: UMA
AVALIAÇÃO PARA A
GRANDE SÃO
PAULO

O problema maior no momento consiste em garantir a consolidação desses ganhos. Nesse sentido, o desempenho do *agribusiness* brasileiro, e em particular da agricultura, passa a ser fundamental no processo. Uma dificuldade, porém, está em criar instrumentos de política agrícola que permitam, de um lado, a proteção da renda do setor agrícola e, de outro, preços acessíveis ao consumidor. O fraco desempenho da safra 94/95 evidenciou as dificuldades em se conciliar esses dois objetivos.

Apesar de todas as transformações estruturais ocorridas nas últimas décadas e do impacto positivo do Plano Real sobre o consumo alimentar, é necessário registrar que os gastos com alimentos continuam representando uma parcela ainda muito elevada do orçamento dos consumidores. Assim, enquanto nos EUA os gastos com alimentos representam cerca de 19% (dados do início dos anos 90), o paulistano vem alocando mais de 27% de seu orçamento com produtos alimentares. Essa evidência constitui um importante indicador do baixo nível de desenvolvimento do país. Consolidada a estabilidade, o novo desafio do Plano Real será o de implementar um processo de desenvolvimento econômico e não apenas de crescimento econômico.

Referências Bibliográficas

- ALLAIN, M. R. Impactos da liberalização comercial sobre preços industriais. *Estudos Econômicos*, v.25, n.2, p.151-172, mai.-ago. 1995.
- BONELLI, R. e RAMOS, L. Distribuição de renda no Brasil: ava-liação das tendências de longo prazo e mudanças da desigualdade desde meados dos anos 1970. *Revista de Economia Política*, v.13, n.2, abr.-jun. 1993.
- CAMPINO, A. A. C., CACCIAMALI, M. C. e CYRILLO, D. C. Evolução do padrão alimentar do município de São Paulo. *In: SEMINÁRIO NACIONAL: ABASTECIMENTO ALIMEN-TAR EM GRANDES CIDADES. Anais ...* São Paulo: 1984.
- CAMPINO, A. A. C.; CYRILLO, D. C. e FARINA, E. M. M. *A questão alimentar no curto prazo: um desafio para a política econômica.* SEPLAN/FIPE, 1996. (Relatório de Pesquisa)
- CARMO, H. C. E. *Impacto nutricional dos preços de alimentos em São Paulo.* FEA/USP, 1980. Dissertação de Mestrado.
- CARMO, M. S. *(Re) estruturação do sistema agroalimentar no Brasil: a diversificação da demanda e a flexibilidade da oferta.* 1996. (Coleção Estudos Agrícolas, n.5)
- COSTA, L. B. *A participação da mulher no mercado de trabalho: o caso de São Paulo.* IPE/FEA/USP, 1982. Tese de doutoramento,
- DIEESE. *Boletim Dieese*, n.185, ago. 1996.

ENDO, S. K. e CARMO, H. C. E. *Pesquisa de orçamentos familiares no município de São Paulo*. — São Paulo: IPE/USP, 1984.

TENDÊNCIAS DO
CONSUMO DE
ALIMENTOS E O
PLANO REAL: UMA
AVALIAÇÃO PARA A
GRANDE SÃO
PAULO

FARINA, E. M. M. Q. e ZYLBERZTAJN, D. *Brazilian dairy agribusiness system: challenges and investment opportunities*. PENSA/IFC — International Finance Corporation, 1994.

MANCHESTER, A. C. *Rearranging the economic landscape: the food marketing revolution — 1950/91*. 1992. (Agriculture Economic Report — USDA, 3)

MARTINI, V. G. L. *Consumo alimentar-familiar e renda — São Paulo (município, outubro de 1987)*.— São Paulo: DIEESE, 1992.

MONDINI, L. e MONTEIRO, C. A. Mudanças no padrão de alimentação da população urbana brasileira (1962/1988). *Revista de Saúde Pública*, v.28, n.6, p.433-9, 1994.

NIELSEN. *Tendências 1994: trajetória do mercado de consumo e mídia*. A. C. Nielsen S/C Ltda., 1994.

OLIVEIRA, S. P. *Mode de consommation agro-industriel: homogenisation ou diversification des habitudes alimentaires? École Des Hautes Études en Sciences Sociales*, 1995. Tese de doutorado.

SOARES, P. *et alii*. Movimentos de preços por faixa de renda: uma nota. *Estudos Econômicos*, v.25, n. especial, p.101-128, 1995/96.

WILLUMSEN, M. J. Desigualdades regionais. *In*: WILLUMSEN, M. J. e FONSECA, E. G. (eds.) *A economia brasileira — estrutura e desempenho*.— Flórida: North-South Center — University of Miami, 1995.

PLANEJAMENTO E
POLITICAS PUBLICAS
Nº 16- DEZ DE 1997

(Originais recebidos em outubro de 1997. Revistos em dezembro de 1997)

Campos (1978, apud Oliveira, 1995, p.139), analisando o período da década de 1960 a meados da de 1970, observou a queda do consumo de alimentos de base (arroz, feijão, farinha de mandioca, açúcar, café e carne de porco) em favor do aumento do consumo de trigo (pão, massas e biscoitos), aves, ovos e produtos do leite; e a substituição de alimentos populares pelo consumo de alimentos industrializados como de leite em pó, massas no lugar de feijão, óleo de soja em substituição de gorduras animais ou outros óleos vegetais.

de vários grupos de alimentos, destacando-se, no entanto, o aumento do percentual gasto com as carnes, e a queda da participação dos vegetais, óleos e gorduras, dos doces e do café, caracterizando-se esta queda (exceção dos dois últimos) como uma tendência das duas décadas. Ao se examinar os dados de meados da década de 1990, com base na pesquisa do DIEESE, observa-se o aumento dos gastos com produtos protéicos e com vegetais, a queda dos produtos semi-elaborados (mais calóricos) e outros industrializados.

3. Evolução dos Preços Relativos, Vendas e o Plano Real

A variação do consumo de alimentos na década de 90 esteve relacionada a dois fatores principais: evolução da renda da população e dos preços relativos dos alimentos. Além destes, contudo, não se deve menosprezar o papel da abertura comercial que se instalou desde 1990 e que vem sendo gradualmente consolidada na economia nacional. Dentro desse contexto, a presente seção analisa inicialmente a evolução dos preços relativos de cestas selecionadas para o período de 1993 a 1995. Em seguida, apresenta alguns dados relacionados à importação de alimentos, para na terceira parte examinar dados secundários de vendas da Nielsen e da ABIA e primários fornecidos por empresa líder de supermercado.

3.1 Evolução dos Preços Relativos de Cestas Selecionadas

A análise da evolução das vendas e de sua composição precisa ser precedida pelo exame da evolução dos preços relativos dos produtos. Para tanto, utilizou-se os índices de preços para cestas selecionadas deflacionados pelo IPC-Geral, todos pertencentes ao banco de dados da FIPE, para os anos de 1989 a 1995, na região metropolitana de São Paulo (Tabela 3.1).

O preço da alimentação cresceu sempre menos do que os preços em geral, durante todo o período estudado, determinando ao lado do efeito renda derivado da redução do patamar inflacionário, também um efeito preço favorável ao consumo alimentar. No que diz respeito a alimentos específicos, os derivados de leite, frutas e verduras estavam em 1995 com preços relativos maiores do que em 1989, ao passo que os demais selecionados chegaram em 1995 com níveis inferiores ao do início do período. Examinando-se o período do Real, por sua vez, verifica-se que apenas leite, derivados de leite e massas e farinhas tiveram seus preços relativos elevados de 1994 para 1995.

O índice de preços do item alimentação apresentou uma tendência decrescente durante todo o período, com uma queda mais acentuada em 1995. Para as massas, farinhas e féculas os preços reais declinaram em 1990, cresceram até 1992, declinando a partir de então. Os preços reais dos produtos protéicos caracterizaram-se por uma tendência de queda, com exceção do item carnes/carnes bovinas em 1994. No caso das aves, essa tendência é mais acentuada, principalmente em 1995. Para os ovos, apesar de algumas oscilações, o declínio do preço real é patente nos últimos dois anos. O oposto ocorreu para as verduras e frutas, cujos preços ficaram acima dos praticados no início do período, consequência da tendência crescente observada nos últimos dois anos. Cabe lembrar que para estes produtos *in natura*, as condições climáticas têm papel importante na formação de seus preços além da conjuntura econômica, como ocorreu em 1994 com o grave problema climático vivenciado pelos hortifrutigranjeiros. Para o leite e derivados observa-se, como tendência, uma queda acentuada nos preços a partir de 1993. Essa queda, no entanto, é menor para o caso dos derivados.

Tabela 3.1

Preços Relativos (médias anuais): Itens de alimentação X IPC-FIPE

São Paulo - 1989 a 1995

Fonte: Banco de Dados do IPC/FIPE

Obs.: jan de 1989 = 100.

Em resumo, de um modo geral, com o Plano Real houve a redução dos preços relativos dos alimentos concretizando assim o aumento do poder aquisitivo da população, uma vez que os salários nominais se mantiveram estáveis. Este fato gera perspectivas de elevação do consumo tanto em termos quantitativos, como qualitativos na medida em que os preços dos produtos protéicos, inclusive os derivados de carne, cresceram proporcionalmente menos do que os demais preços que compõe os orçamentos familiares.

3.2 Evolução das importações de gêneros alimentícios industrializados

O início desta década foi acompanhado por um importante processo de mudança estrutural caracterizado pela abertura comercial. Esse processo tem trazido consequências favoráveis ao consumo das famílias. Ao gerar pressões no sentido de reduções nas margens de lucro dos setores oligopolizados da economia (Allain, 1995) e ao proporcionar um conjunto mais diversificado de produtos de qualidade aos consumidores.

A evolução das importações é um indicador importante para avaliar a disponibilidade de gêneros alimentícios para o consumo interno, bem como a pressão sobre os preços domésticos. Dados da CACEX/CIC, em nível de Brasil, para o período de 1987 a 1994, são apresentados nos Gráficos 3.1 a 3.4 (dados originais constam anexo).

A primeira observação relaciona-se à participação das importações de gêneros alimentícios industrializados no total das importações brasileiras (Gráfico 3.1), que no período analisado, variou entre 1,09% e 4,84%. Verifica-se também um declínio da importância dessas importações entre 1989 e 1992, no entanto nos dois anos seguintes a participação dos importados alimentares volta a crescer, superando em 1994 o pico de 1989.

GRÁFICOS 3.1 E 3.2

Quebra de página

Os Gráficos 3.2 e 3.3 mostram o índice das importações reais

Página 194: [3] Excluído

Unknown

¹ dos grupos de produtos analisados. No primeiro, observa-se que o valor das importações dos grupos das carnes, leites e laticínios etc. e preparações de carnes, peixes, crustáceos, moluscos etc. cresceu entre 71% a 175% entre 1987 e 1989. Nos três anos seguintes, houve um declínio dessas importações, de tal modo que o valor de 1992 ficou abaixo do ano base (queda entre 15 e 30%). Os dois anos subsequentes foram de expansão para o grupo leites e preparações protéicas, enquanto as carnes seguiram em queda até 1993, expandindo-se em 1994 sem contudo recuperar o nível do início do período.

O Gráfico 3.3 apresenta os mesmos dados para os grupos gorduras, preparações com vegetais, bebidas e um agregado de outros.

Página 194: [4] Excluído

Unknown

² O valor das importações destes grupos apresenta tendência crescente ao longo dos sete anos examinados. A maior oscilação é constatada para o grupo de bebidas que sofreu uma explosão nos anos de 1990 e 1991, no entanto, superada pela explosão de 1994. Assim, as importações destes grupos cresceram, no período 1987 a 1994, entre 524% e 2643%, verificando-se um aumento de mais de 50% só no último ano em relação ao anterior.

Para finalizar esta análise das importações de alimentos industrializados, o Gráfico 3.4 apresenta a evolução da composição dessas importações. O exame deste Gráfico mostra a expansão da participação das bebidas, das preparações de vegetais e das categorias outros importados em detrimento da proporção importada de carnes e em menor medida dos leites, de tal forma que no ano de implantação do Plano Real o grosso das importações de produtos alimentícios e bebidas se realizava exatamente em bebidas (30%), leites (23%) e gorduras (20%).

Deste ponto de vista, a abertura comercial levou à redução relativa da importação de produtos importantes para a alimentação como os leites e laticínios e outros produtos comestíveis de origem animal (que em 1987 representaram 27%) em favor das bebidas (apenas 5% em 1987) e das gorduras (14%).

3.3 Análise de Indicadores do Consumo alimentar

A análise da tendência recente do consumo brasileiro de alimentos baseou-se nos seguintes indicadores: vendas em supermercados e faturamento da indústria de alimentos. Os dados de vendas são informações primárias fornecidas por empresa líder no setor de supermercados da região metropolitana de São Paulo e os demais são dados secundários obtidos em publicações ou tabulações especiais do IBGE, da Nielsen, e da ABIA.

A escolha dos supermercados como indicador das tendências deve-se ao fato da importância deste estabelecimento como principal local de compras de alimentos nas regiões metropolitanas. Segundo o IBGE, os supermercados aparecem como os responsáveis pela maior parcela das vendas de produtos alimentares (45,66%) particularmente cereais, leguminosas e oleaginosas (75,27%) e açúcar e derivados (71,09%). A participação dos supermercados nas compras de frutas (26,55%), dos produtos de padaria (29,04%), de aves e ovos (33,61%), de carnes e peixe (35,42%) e de leite e derivados (42,08%) também é

GRÁFICOS 3.3 e 3.4

Quebra de página

expressiva.

A participação dos supermercados no varejo brasileiro pode ser observada na Tabela 3.2. Os dados revelam que, embora os supermercados detenham uma pequena parcela do número de lojas, só os que possuem mais de 10 *checks-outs* representam 41,1% do total das vendas no varejo nacional.

Tabela 3.2

Número de Estabelecimentos e Participação no Mercado Varejista
em Termos de Vendas por Tipo de loja (%)

Fonte: Nielsen (1994).

C.K. = Check-Outs.

3.3.1 Evolução das Vendas no Varejo de Produtos Seleccionados (1989-1993)

A Tabela 3.3 mostra a evolução das vendas de alguns produtos seleccionados, no período de 1989 a 1993. Inicialmente é interessante notar que dentre o conjunto de produtos seleccionados, as vendas cresceram para sete deles (em um total de 20). As bebidas tiveram os maiores aumentos de venda, com exceção do café que vem sofrendo um forte processo de substituição por bebidas frias. Os piores desempenhos foram observados para café em pó (já mencionado), mistura para bolos, extrato de tomate e massa alimentícia.

Este aumento das vendas de bebidas frias foi acompanhado da queda da produção industrial, em termos físicos, entre 1990 e 1993 (cerveja, -14% e refrigerantes -20%, segundo dados da

ABIA), fato relacionado ao aumento das importações de cerveja e do aumento do número de novos produtos dentro da categoria de bebidas não alcoólicas.

Quebra de página

Tabela 3.3

Evolução real das vendas de produtos selecionados

Brasil, 1989 a 1993

Fonte: Nielsen (1994).

Os grupos tritícola e lácteo também tiveram redução em relação ao ano base de 1989. No que tange aos produtos derivados da farinha de trigo a queda do consumo, nesse início da década, deve ser analisado pelo fim do controle governamental e pela extinção do subsídio ao consumo. Isto ocorreu para massas alimentícias, bolachas/biscoitos e mistura para bolos, que também apresentaram queda nas vendas. A mesma conclusão se extrai quando se examinam os dados da produção industrial, que indicam uma queda, em termos físicos no período 1990/93 de 3% para farinha de trigo e massas alimentícias.

O desempenho negativo das vendas dos derivados de leite deve estar associado a menor queda dos preços e queda da renda da população neste período. Os produtos supérfluos - creme de leite, iogurte, petit suisse, leite condensado

Página 194: [5] Excluído

Unknown

3- apresentaram queda em suas vendas em termos reais, ao passo que as vendas do leite - bem essencial - teve comportamento oposto.

Quebra de página

GRÁFICOS 3.5 e 3.6

Quebra de página

No que diz respeito aos alimentos enlatados, verifica-se o aumento das vendas de conservas vegetais (dando continuidade à tendência dos anos 80), que deve estar associado à necessidade de maior praticidade na confecção das refeições devido ao crescimento da participação da mulher no mercado de trabalho. Já com relação ao consumo de enlatados de tomate, percebe-se que a queda do poder aquisitivo levou à substituição do extrato e molhos pronto, mais caros, pelo purê de tomate.

Os dados da Nielsen mostram também que as vendas de embutidos ficaram estáveis ou se ampliaram, indicando que o atributo da conveniência superou o impacto da queda da renda sobre o consumo desse tipo de produto.

3.3.2 O crescimento das vendas no varejo brasileiro - 1993 a 1995

O exame do comportamento das vendas de alimentos no Brasil nos três últimos anos gera indicações favoráveis às hipóteses discutidas no início do trabalho, relativas ao impacto positivo do Plano Real sobre a renda real da população, principalmente das camadas mais inferiores, e conseqüentemente sobre o consumo e melhora da qualidade das combinações adquiridas. Esta análise foi possível a partir de dados gerados pela Nielsen e pela ABIA.

3.3.2.1 Evolução das vendas - Nielsen

No período compreendido entre dez/jan de 1993 a ago/set de 1995, de acordo com os dados da Nielsen (1995), observa-se o crescimento real das vendas no varejo brasileiro em 60% para o agregado de um conjunto de cestas selecionadas. Este conjunto é composto dos seguintes produtos: bebidas alcoólicas, perecíveis, bebidas não alcoólicas, limpeza caseira, mercearia doce, mercearia salgada, produtos de higiene (Gráfico 3.5).

O exame de cada cesta em particular permite verificar que o grupo de perecíveis evoluiu mais do que a média (63%), sendo composto dos produtos: carne congelada, iogurtes, sobremesas prontas gelificadas, petit suisse, sorvete, leite flavorizado e margarina (Gráfico 3.6). É importante destacar que entre dez/jan 93 (base da série) e jun/jul 94 as vendas desta cesta oscilaram entre quedas de até 16% a aumentos de no máximo 14%. A partir desses meses, no entanto, houve forte tendência crescente até fev/mar 95, chegando a um aumento de 65%, mantendo-se aproximadamente nesse patamar no restante do período analisado. Este comportamento reflete, portanto, o acréscimo do poder aquisitivo real da população no segundo semestre de 1994 e primeiro trimestre de 1995 como decorrência da estabilidade dos preços relativos dos derivados de leite e declínio dos preços relativos dos derivados de carne, após a implantação do Plano Real.

No que diz respeito aos grupos de produtos denominados mercearia doce

Página 194: [6] Excluído	Unknown
--------------------------	---------

⁴, embora se verifique uma tendência crescente moderada das vendas desde o início do período, a partir da terceira fase do Plano Real, em julho de 1994, esta se acentua significativamente, atingindo índices de 141 para mercearia doce e 147 para mercearia salgada (Gráfico 3.7).

Nos dois grupos bebidas alcoólicas e não alcoólicas,

Página 194: [7] Excluído	Unknown
--------------------------	---------

⁵ é possível identificar a mesma tendência. Contudo, é interessante observar o comportamento sazonal das vendas com pico no período das festas de fim de ano. O exame do Gráfico 3.8 permite visualizar o aumento das variações nos picos, acentuando-se drasticamente no primeiro natal do Plano Real. Em termos dos índices obteve-se 100 para dez/jan 93, 109 e 131 para o natal seguinte, e 167 e 171 em dez/jan 95, para as duas cestas respectivamente.

3.3.2.2 Evolução do faturamento real de cadeias agroindustriais selecionadas - ABIA

Os dados da ABIA apresentam a variação percentual de um ano para outro, no período de 1993 a 1995, para um conjunto de cadeias agroalimentares, em nível nacional. Estes dados estão organizados, portanto, segundo o conceito de cadeia, que reflete o comportamento de todas as atividades relacionadas ao produto, desde a agricultura, passando pela indústria e finalmente a distribuição.

A principal conclusão refere-se à confirmação da hipótese acerca da influência favorável do Plano Real sobre o consumo de vários produtos. De modo geral, o desempenho, medido pelo faturamento das cadeias alimentares, foi negativo em 1993 e em 1994 e positivo em 1995.

Pode-se verificar pela Tabela 3.4, que apresenta vários indicadores relativos às várias cadeias, que o desempenho de 1993 em relação a 1992 foi negativo para a maioria delas. As únicas exceções foram o setor de laticínios e de bebidas. Também negativo foi o desempenho do faturamento das cadeias no ano de 1994 em relação à 1993. Neste ano as exceções foram o setor de desidratados e a cadeia de chocolate, cacau e balas. Quando se examinam os dados disponíveis para 1995, no entanto (a média dos dez primeiros meses de 1995), observa-se um crescimento do faturamento em relação à 1994 expressivo para a maioria das cadeias: laticínios (21,31%), chocolates, cacau e balas (24,62%) e trigo (10,41%), entre outras. Enquanto se observou queda razoável no faturamento real apenas para duas cadeias a saber: bebidas (-5%), e óleos e gorduras (-7%). A explicação para este comportamento no caso das bebidas deve estar associado à abertura comercial, como comentado anteriormente.

Em síntese, a influência positiva do Plano Real pode ser constatada nos dados da ABIA para o setor de laticínios, cadeia de chocolate, cacau e balas, cadeia trigo, segmento de cereais, café e açúcar, modestamente para a cadeia de proteína animal e de forma expressiva para o caso das massas e confeitos.

-----Quebra de página-----

GRÁFICOS 3.7 e 3.8

-----Quebra de página-----

Tabela 3.4

Indicadores de Desempenho de Cadeias Agroindustrial de Alimentos

Varição Acumulada do faturamento e da Produção Física Brasileira de Alimentos

1992 a 1995

Fonte: ABIA.

* de jan a out.

3.3.2.3 O Crescimento das Vendas (em supermercados) na Grande São Paulo

Os dados analisados nesta seção pertencem a uma empresa líder do segmento de supermercados de São Paulo, e referem-se à evolução das vendas em todas as lojas espalhadas pela cidade, no período de janeiro de 1993 a novembro de 1995.

A Tabela 3.5 apresenta a evolução do índice de vendas reais dessa empresa para os agregados mercearias e perecíveis, e este aberto para três grupos: Carnes e aves; frutas, legumes e verduras; frios, laticínios, peixaria e padaria. Assim, o ano de 1993 presenciou tendência crescente das vendas destas categorias de produtos em São Paulo, culminando em dezembro; esta foi seguida de forte declínio até junho/julho de 1994 quando o crescimento das vendas foi retomado. Dezembro de 1994 superou os níveis do ano anterior (exceto para frutas, legumes e verduras), mas ao final do período em análise, a variação ficou abaixo do desempenho do pico de 1993 - 186,37 (nov/95) contra 188,43 (dez/93) para mercearia e 144,86 (nov/95) contra 174,66 (dez/93) para perecíveis. De qualquer modo, a tendência crescente do período pós-Real está bem caracterizada.

No que tange à categoria dos produtos protéicos, pode-se verificar uma tendência clara de aumento das vendas reais, desde jan/93, com picos nos meses de dezembro, como reflexo das festas de fim de ano.

O Plano Real, contudo, não teve o mesmo impacto sobre todos os produtos. Os vegetais *in natura* constituem um grupo cujas vendas apresentaram comportamento bastante errático, identificando-se todavia uma tendência declinante entre dez/93 e nov/95, interrompida drasticamente como efeito das festas de final de ano. Este comportamento, contudo, está diretamente associado à evolução dos preços reais que se elevaram no período como decorrência de problemas climáticos. Nota-se também tendência crescente, ainda que não sistemática, a partir de janeiro de 1995, de modo que o acumulado fevereiro a novembro de 1995 foi de 15,5% para mercearia e 13% para o agregado dos perecíveis.

Tabela 3.5

Índice de vendas real do supermercado para a Grande São Paulo

Fonte: Dados de vendas de empresa líder do setor, 1993/95.
